

RELATÓRIO DE GESTÃO

Em cumprimento das determinações legais e do disposto nos estatutos da Sociedade, vimos submeter à vossa apreciação, o Relatório, o Balanço, a Demonstração de Resultados e respetivos anexos relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

ENQUADRAMENTO

A recuperação da economia global em 2023 continuou lenta, influenciada por crescentes divergências regionais e com um crescimento de movimentos políticos de natureza polarizada. Sendo que a previsão base é que o crescimento global desacelere de 3,5% em 2022 para 3,0% em 2023 e 2,9% em 2024, bem abaixo da média histórica (2000–19) de 3,8%. As economias avançadas devem desacelerar de 2,6% em 2022 para 1,5% em 2023 e 1,4% em 2024 e as economias emergentes e em desenvolvimento devem ter uma queda no crescimento de 4,1% em 2022 para 4,0% em 2023 e 2024.

A inflação global deve diminuir constantemente, de 8,7% em 2022 para 6,9% em 2023 e 5,8% em 2024, devido à política monetária mais apertada auxiliada por preços internacionais de *commodities* mais baixos.

ATIVIDADES E PERSPETIVAS

O volume de negócios ascendeu a 370 020,29€, um aumento de 246% face a 2022, resultante da política de expansão iniciada pela empresa. Os gastos com o pessoal e fornecimentos e serviços externos, aumentaram face ao alargamento da equipa e dos gastos com a atividade comercial. Mesmo assim, o EBITDA aumentou a um ritmo superior ao volume de negócios cerca de 485% para 44 308,76€.

Em termos de perspetivas para 2024, apesar de um cenário macroeconómico menos favorável e de uma pressão crescente das empresas em reduzir custos e otimizar

benefits, acreditamos que as oportunidades de crescimento irão superar a redução de custos sentida.

Em termos organizacionais, perspetivamos uma consolidação de equipas e funções, criando e especializando as pessoas para os desafios de amanhã.

RESULTADOS E PROPOSTA DE APLICAÇÃO

Propomos que o resultado apurado de 25 880,10€ seja aplicado em Resultados transitados.

DIVERSOS

Nos termos das alíneas d) e e) do Art.º 66 e do Art.º 397.º. Do CSC, informamos o seguinte: a) Após o fecho do exercício de 2023, não ocorreram quaisquer factos que sejam do conhecimento da gerência, cuja materialidade afete os resultados consignados nos documentos contabilísticos que acompanham este Relatório. b) Nos termos do n.º 1 do Art.º 21 do Dec. – Lei 411/91, de 17 de Outubro, não há dívidas em situação de mora à Segurança Social, nem ao Estado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A gerência expressa o seu agradecimento a todos quantos a apoiaram, nomeadamente as instituições financeiras e os clientes durante o exercício, expressando um voto de confiança e louvor a todos os colaboradores,

5 de Abril de 2023


AOP
CORRETOR DE SEGUROS

A Gerência

AOP - CORRETOR DE SEGUROS, LDA

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS (Modelo reduzido)
De Janeiro até Dezembro

Montantes expressos em EURO

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2023	2022
RENDIMENTOS E GASTOS			
Vendas e serviços prestados	6	370 020,29	150 280,08
Subsídios à exploração			
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas			
Fornecimentos e serviços externos		(135 513,00)	(68 046,89)
Gastos com o pessoal	7	(194 091,32)	(94 521,67)
Imparidade (perdas/reversões)			
Provisões (aumentos/reduções)			
Outros rendimentos		12 069,84	24 842,58
Outros gastos		(8 177,05)	(3 414,72)
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		44 308,76	9 139,38
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4	(4 557,78)	(7 491,52)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		39 750,98	1 647,86
Gasto de financiamento (líquidos)	6	(19,39)	185,50
Resultado antes de impostos		39 731,59	1 833,36
Imposto sobre o rendimento do período		(13 851,49)	(1 612,90)
Resultado líquido do período		25 880,10	220,46
		,00	,00

A Gerência:

AOP
CORRETOR DE SEGUROS

O Contabilista certificado:

M. J. Soares

AOP - CORRETOR DE SEGUROS, LDA

BALANÇO INDIVIDUAL

dez/23

Montantes expressos em EURO

RUBRICAS	NOTAS	EXERCÍCIOS	
		2023	2022
ATIVO			
Ativo não corrente:			
Ativos fixos tangíveis	4	2 573,54	12 806,61
Ativos intangíveis	4	5 849,44	1 022,71
Investimentos Financeiros		504,57	449,64
Créditos e outros ativos não correntes			38 672,57
		8 927,55	52 951,53
Ativo corrente:			
Clientes		27 704,94	
Diferimentos	8	3 252,12	1 378,57
Outros ativos correntes		62 637,93	72 127,56
Caixa e depósitos bancários		147 186,55	68 359,42
		240 781,54	141 865,55
Total do Ativo		249 709,09	194 817,08
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio:			
Capital subscrito		100 000,00	100 000,00
Reservas legais		21 628,38	21 628,38
Outras reservas		187 274,18	187 274,18
Resultados transitados		(145 540,39)	(145 760,85)
Resultado líquido do período		25 880,10	220,46
Total do capital próprio		189 242,27	163 362,17
Passivo			
Passivo não corrente:			
Financiamentos obtidos	6		11 665,20
			11 665,20
Passivo corrente:			
Fornecedores		10 013,00	1 019,83
Estado e outros entes públicos		19 790,32	4 797,88
Outros passivos correntes	8	30 663,50	13 972,00
		60 466,82	19 789,71
Total do passivo		60 466,82	31 454,91
Total do Capital Próprio e do Passivo		249 709,09	194 817,08

A Gerência: _____

CORRETOR DE SEGUROS

O Contabilista certificado: _____

As notas que a seguir se transcrevem seguem a numeração sequencial prevista no ANEXO (modelo geral), constante da Portaria nº 986/2009. Os números não incluídos devem-se ao facto de não serem aplicáveis a esta empresa ou de a sua inclusão não ser relevante para a leitura das demonstrações financeiras.

1 – IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

A "AOP Corretor de Seguros, Lda", tem a sua sede em Santa Maria de Lamas, concelho de Santa Maria da Feira, NIF 500 845 093, com o capital social de 100.000€ (integralmente realizado).

A empresa foi constituída em 1979, consistindo a sua actividade na Mediação de Seguros, CAE 66220.

2 – REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E TRANSIÇÃO SNC

2.1. No exercício, as demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com o previsto no referencial contabilístico SNC.

3 – PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adoptadas na preparação das demonstrações financeiras enquadram-se no previsto nas Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF)PE, que entraram em vigor a partir de 1/1/2010.

3.1 BASES DE MENSURAÇÃO USADAS NA PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas segundo o princípio do custo histórico

As demonstrações financeiras são apresentadas em Euros (moeda funcional).

3.2 POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS RELEVANTES

As principais políticas contabilísticas utilizadas pela Empresa são as seguintes:

RÉDITO E ESPECIALIZAÇÃO DE EXERCÍCIOS

A Empresa adopta o princípio contabilístico da especialização de exercícios em relação à generalidade das rubricas das demonstrações financeiras. Assim, os gastos e rendimentos são registados à medida que são gerados, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento. As prestações de serviços são reconhecidas como rendimento à medida que as mesmas vão acontecendo. Não existe a 31-12-2023 quaisquer serviços que estejam efectuados e cujo rendimento ainda não tenha sido reconhecido.

ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS

Os activos fixos tangíveis utilizados pela Empresa para o desenvolvimento da sua actividade são contabilisticamente relevados pelo custo de aquisição (incluindo custos directamente atribuíveis) deduzido das depreciações acumuladas (não tendo havido perdas por imparidade acumuladas, por não existirem indícios de imparidade).

As depreciações são calculadas sobre o valor de custo dos activos fixos tangíveis, pelo método das quotas constantes, com base nas taxas máximas permitidas pela legislação fiscal, as quais correspondem às seguintes vidas úteis estimadas:

	<u>Anos de vida útil</u>
Equipamento Básico	10
Equipamento de transporte	04
Equipamento Administrativo	03 a 08

As despesas correntes com reparação e manutenção do activo fixo tangível são consideradas como gasto do exercício em que ocorrem. As beneficiações de montante significativo que aumentem o período estimado de utilização dos respectivos bens, são capitalizadas e depreciadas de acordo com a vida útil remanescente dos correspondentes bens.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

LOCAÇÕES

Os ativos fixos tangíveis adquiridos através de contratos de locação financeira – leasing-, bem como as correspondentes responsabilidades encontram-se reflectidas no balanço. São contabilizados como gastos do exercício as amortizações dos itens do activo, os encargos financeiros incluídos nas rendas e o IVA não dedutível.

A empresa adotou a modalidade de renting, considerando as rendas mensais como gastos do exercício.

4 – ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

O movimento nas rubricas de activos fixos tangíveis e intangíveis foi o seguinte:

	Situação Inicial			Situação final (: 31-12-2023		
	Quantia bruta	Depreciações e imparidades acumuladas	Quantia Escriturada	Quantia bruta	Depreciações e imparidades acumuladas	Quantia Escriturada
Tangíveis						
Equipamento Básico	0	0	0	0	0	0
Equipamento de Transporte	23.418,14 #	12.196,17	11.221,97	0,00	0,00	0,00
Equipamento Administrativo	12.854,49	11.269,85	1.584,64	15.221,29	12.647,75	2.573,54
Intangíveis			0,00			
Prog-computador	1.973,22	950,51	1.022,71	9.979,83	4.130,39	5.849,44
	38.245,85	24.416,53	13.829,32	25.201,12	16.778,14	8.422,98

RÉDITO

A repartição do valor líquido dos serviços prestados foi a seguinte em 2023

	VENDAS	SERVIÇOS	TOTAIS
Mercado interno		292.723,67	292.723,67
Mercado Comunitário		77.296,62	77.296,62
Outros Mercados			
Total	0	370.020,29	370.020,29

Juros de financiamentos 19.39 €

7– BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

A empresa não tem nenhum plano em vigor para benefícios pós emprego.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

A empresa, líquida as indemnizações necessárias, tendo por base a legislação em vigor

8- OUTRAS INFORMAÇÕES

CREDORES POR ACRÉSCIMOS DE GASTOS

Respeita a encargos com férias de 2023 a pagar durante 2024

DIFERIMENTOS

Respeita a prémios de seguros pagos antecipadamente, mas cujo período de cobertura respeita a 2024 e outros gastos a reconhecer em 2024

Norma Regulamentar do ISP n.º15/2009-R

Prestação do serviço de mediação de seguros

Artº.4

- a) A política contabilística adoptada enquadra-se no previsto na NCRF 20. A empresa adopta o princípio contabilístico da especialização de exercícios, sendo as remunerações das prestações de serviços de mediação de seguros registados à medida que são geradas, independentemente do seu recebimento.

Remunerações recebidas e grau de concentração.

A empresa conseguiu pelo segundo ano consecutivo, cumprir todos os critérios de dispersão de acordo com o artigo 48º da Norma Regulamentar n.º 13/2020-R:

- 1 empresas de seguros não excede 50%
- 2 empresas de seguros não excedem 80%
- 3 empresas de seguros não excedem 90%
- 4 empresas de seguros não excedem 95%

Todas as receitas são do tipo “comissões”, e todas as remunerações são efetuadas através de transferências bancárias

Não existiram outros mediadores.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

Atividade de mediação de seguros-Remunerações

CE	Remunerações			
	Fundos de Pensões	Ramo Vida	Ramos Não Vida	%
	0,00	7.094,85	355.575,25	100,00%
1132		2,00		0,00%
1160			2.856,04	0,79%
1097			233,77	0,06%
1029		2.196,43	100,67	0,63%
1205		174,52	5.682,75	1,62%
1209			928,96	0,26%
1145			2.497,16	0,69%
1186		57,39		0,02%
1026			64.154,41	17,69%
1025		346,56		0,10%
1197		714,67	29.402,95	8,30%
1011			101.131,98	27,89%
1028		874,96	6.396,93	2,01%
1133			6.175,09	1,70%
1129			50.104,19	13,82%
1039		2.728,32		0,75%
1200			3.573,22	0,99%
4286			74.305,54	20,49%
4967			1.049,21	0,29%
1173			2.362,51	0,65%
4994			214,25	0,06%
4890			596,81	0,16%
1184			1.486,27	0,41%
5117			2.180,02	0,60%
1189			142,52	0,04%

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

Alínea e)

Cientes: A conta bancária – conta clientes regista os valores recebidos por transferências dos nossos clientes.

Em 31 de dezembro o valor em saldo na conta bancária, c/ clientes, é de 27.704,94 euros.

Este saldo será transferido, depois de deduzidas as nossas faturas para as respetivas companhias e para a nossa conta depósitos à ordem.

Não são movimentados fundos relativos a contratos de seguros.

Alínea f)

Financiamentos obtidos: A empresa utilizou a modalidade de renting na utilização das viaturas ligeiras.

Outras contas a pagar: 30.663,50 euros, referente a acréscimos de gastos, (gastos com pessoal a pagar), férias e subsídio de férias, mais encargos, custos de 2023 com vencimento em 2024.

Alínea g)-Valores agregados nas contas a receber e a pagar:

i),ii),e iii) – Não aplicável.

Alínea h)- Não foi considerada nenhuma imparidade nas contas a receber

Alínea i) – Não existem garantias devidas a título de caução ou outro qualquer título.

Alínea j) – Não houve quaisquer transmissões de carteiras de seguros no exercício.

Alínea k) – Não se verificou qualquer cessação de contratos.

Alínea l) – Não existem quaisquer obrigações materiais ou passivos contingentes a assinalar.

Relativamente ao número 2 do anexo, artigo 4.º, os dados acima indicados, correspondem, quer à concentração quer ao tipo de remunerações, aos auferidos pela nossa “carteira”, uma vez que somos correctores de seguros

A empresa não recebeu quaisquer fundos para pagamento de prémios para as empresas de seguros.

Sta. Maria de Lamas 31/03/2024

A gerência

AOP
CORRETOR DE SEGUROS

O contabilista certificado: 13208

[Assinatura]



ARMANDO MAGALHÃES, CARLOS SILVA & ASSOCIADOS, SROC, LDA.
SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS.

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **AOP – Corretor de Seguros, Lda.**, (a Entidade) que compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2023 (que evidencia um total de 249.709 euros e um total de capital próprio de 189.242 euros, incluindo um resultado líquido de 25.880 euros), a demonstração dos resultados por naturezas relativas ao ano findo naquela data, e o anexo que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da **AOP – Corretor de Seguros, Lda.**, em 31 de Dezembro de 2023 e o seu desempenho financeiro relativo ao período findo naquela data, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;

- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas



ARMANDO MAGALHÃES, CARLOS SILVA & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS.

incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística; e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da coerência da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Vila Nova de Gaia, 15 de Abril de 2024

ARMANDO MAGALHÃES, CARLOS SILVA & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

representada por

(Carlos Manuel Pereira da Silva, R.O.C. n.º 820
registado na CMVM com o n.º 20160448)